

“Nós não vamos fugir disso!”:  
tensão e expectativas em torno do  
telefone celular como recurso  
pedagógico no processo ensino-  
aprendizagem em São José, Santa  
Catarina

"We will not escape it!": Tension and  
expectations around the mobile  
phone as an educational resource  
in the teaching-learning process in  
San Jose, Santa Catarina

**Gesiel Jacinto da Rocha**

[gesiendarocha@gmail.com](mailto:gesiendarocha@gmail.com) – IFSC

**Wellington Teixeira Lisboa**

[wtlisboa@yahoo.com.br](mailto:wtlisboa@yahoo.com.br) - Universidade Católica de Santos

## Resumo

A utilização do telefone celular no ambiente escolar tem se tornado assunto polêmico, a ponto de legislações municipais e estaduais proibirem o acesso a essas tecnologias em tais espaços. Nesse cenário, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre o uso do telefone celular como recurso pedagógico, em particular na disciplina de Língua Inglesa. Para tanto, apresenta os resultados de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, desenvolvida junto a docentes deste componente curricular, que tanto acatam quanto burlam os ditames legais instituídos em torno desta temática. As opiniões e experiências dos docentes evidenciam a tensão e as expectativas no que concerne à inclusão dessas ferramentas modernas como apoio didático. Não obstante as legislações vigentes, os docentes já vêm explorando essas inovações em suas práticas docentes, ainda que o temor da indisciplina em sala de aula desponte como impeditivo central.

**Palavras-chave:** Processo ensino-aprendizagem. Telefone celular. Recurso pedagógico. Língua Inglesa.

## Abstract

The use of the cellphone in the schools has become a polemical subject and created laws aiming to avoid the use of this communicative gadget in the school. Observing this context, the present investigation has the purpose of reflecting over the use of the cellphone as a didactic resource, more specifically over the English Language theme. In this sense, this study presents the results of a qualitative field research developed with schoolteachers of that area. It signalizes the dilemmas and the motivations in relation to this contemporary thematic. The testimonials of the teachers shared herein, implement wide and useful reflections about the cellphone use matter at classrooms.

**Keywords:** Teaching-learning process. Cellphone. Teaching resource. English Language.

## **I**ntrodução

O uso do telefone celular no contexto escolar vem provocando debates acentuados tanto entre educadores, gestores escolares e demais envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem nas instituições formais de ensino básico quanto, particularmente, entre os responsáveis pela formulação de leis a respeito dessa questão. Entre os atores da esfera legislativa, em geral, o posicionamento vigente tem sido o de coibir a utilização desse moderno dispositivo de informação e comunicação nesses espaços institucionalizados.

São inúmeros os argumentos que denunciam os supostos aspectos maléficos da utilização dessa tecnologia no ambiente escolar, sobressaindo-se o que foca o desvio da atenção dos alunos quanto às atividades e rotinas promovidas em sala de aula (MENDES, 2009). Pautando-se nessa justificativa central, em 2007, um projeto de lei pioneiro, de autoria do então deputado federal Pompeu de Mattos, defendeu a proibição do uso de aparelhos celulares nas salas de aula, proposta parlamentar que, não obstante o alarde na esfera pública midiaticizada, não obteve êxito, resultando no direcionamento da responsabilidade acerca dessa questão para os âmbitos legislativos municipais e estaduais.

O estado do Rio de Janeiro, a propósito, foi um dos primeiros a instituir a restrição não apenas do telefone celular no cotidiano escolar, mas também a regulamentação da utilização de outros suportes tecnológicos dessa natureza nas instituições formais de educação. A Lei nº 4.734, de 04 de janeiro de 2008, estipula, no seu artigo primeiro, a proibição do uso de telefone celular, *games*, *ipod*, *mp3*, equipamento eletrônico e similar em sala de aula (RIO DE JANEIRO, 2008), não especificando se por parte dos alunos ou do docente. Por sua vez, o estado de São Paulo também proibiu, desde 15 de janeiro de 2008, conforme o Decreto nº 52.625, o acesso a esse equipamento de comunicação no horário das aulas, delegando à direção da unidade escolar a responsabilidade pelo disciplinamento do uso do aparelho, inclusive, fora do espaço onde essas atividades ocorrem (SÃO PAULO, 2008). Na região sul do Brasil, mais precisamente em Santa Catarina, a Lei Nº 14.363, de 25 de janeiro de 2008, é objetiva: “Art. 1º – Fica proibido o uso de telefone celular nas salas de aula das escolas públicas e privadas” (SANTA CATARINA, 2008), revelando características peculiares frente à lei paulista, já que o regimento catarinense também engloba a rede privada de ensino.

No que diz respeito à esfera municipal, cidades como Recife, em Pernambuco, e Bragança Paulista, no interior do estado de São Paulo, apenas para efeitos de exemplificação, promulgaram leis específicas direcionadas a esse fim, isto é, à proibição do acesso ao telefone celular nos espaços escolares, independentemente da natureza de sua utilização. Essa movimentação política em escalas e contextos diferenciados, em contrapartida, também vem sendo acompanhada por um conjunto de docentes, gestores educacionais, entidades representativas, pesquisadores, que defendem o uso planejado desse equipamento para fins didáticos, respaldando-se na justificativa de que tais dispositivos móveis podem aprimorar o processo ensino-aprendizagem, ao potencializar o fácil e rápido acesso a informações *on-line*, a interatividade em grupo, a inter-relação dinâmica entre conteúdos, atraindo a atenção dos adolescentes e jovens, sujeitos conectados arquetípicos da modernidade em curso (BAUMAN, 2001; TAPSCOTT, 2010).

É justamente nesse cenário contemporâneo que o presente estudo se insere, ao propor a análise do debate que vem sendo empreendido em torno dessas problematizações e, em particular, ao se debruçar sobre as opiniões de docentes quanto às possibilidades de adoção desse meio tecnológico infocomunicacional como apoio didático a ser mobilizado em suas aulas. Que percepções, tensões, experiências e expectativas os professores manifestam no tocante a esta questão? Os telefones celulares, sobretudo quando conectados à rede global da *internet*, na sua profusão de dados, músicas, aplicativos, jogos, labirínticos intertextos, podem ser utilizados como dispositivos facilitadores ou mesmo transformadores do processo ensino-aprendizagem? Especificamente, como os docentes da disciplina de Língua Inglesa vêm se posicionando frente a esta questão, por si só, atual, complexa e polêmica?

A trajetória metodológica com base na qual se operacionalizam os propósitos deste estudo engloba, à partida, uma revisão bibliográfica sobre os eixos conceituais primordiais à essa reflexão, seguida da apresentação dos resultados de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, na qual as tensões e as expectativas docentes serão enfocadas analiticamente.

## **Modernidade invasiva? O telefone celular e sua negação no espaço escolar**

O desenvolvimento do capitalismo nos últimos decênios do século 20, ao menos no mundo ocidentalizado, possibilitou a introdução das tecnologias móveis na vida de muitos

indivíduos e organizações, promovendo impactos estruturantes nas dinâmicas socioculturais, políticas e econômicas. Entre os adolescentes e jovens, esses dispositivos técnicos, particularmente o telefone celular, logo se tornaram objeto comum de desejo e artefato de mediação do cotidiano, que passaram a viabilizar a conexão instantânea com seus grupos identitários de interação, assim como fornecer o acesso a informações, o envio e recepção de mensagens de textos e a possibilidade de atualização, a qualquer tempo e lugar, de seus jogos, interesses e agendas (TAPSCOTT, 2010; BOYD, 2014).

Devido à grande variedade de aparelhos disponíveis no mercado, definir o que são dispositivos móveis pode não se constituir tarefa simples, pois esses aparatos técnicos não são apenas classificados pelo critério da mobilidade, mas também por outros fatores que lhes são característicos, como a multifuncionalidade e a acessibilidade. Nesse sentido, faz-se pertinente o destaque em torno da conceituação apresentada por Santaella (2013, p. 23):

Dispositivos móveis são definidos como qualquer equipamento ou periférico que pode ser transportado com informação que fique acessível em qualquer lugar. São eles, *palms*, *lap-tops*, *i-pads*, até mesmo os *pendrives* e, certamente, os celulares multifuncionais, tais como *smart-phones* e *iphones*. Por meio desses dispositivos, que cabem na palma de nossas mãos, à continuidade do tempo se soma a continuidade do espaço: a informação é acessível de qualquer lugar.

Também nessa linha de entendimento, Klemens (2010) sublinha que esses dispositivos garantem maior flexibilidade no processo de comunicação, visto que são projetados justamente para esse fim, isto é, assegurar a mobilidade, a interatividade e a portabilidade. Além disso, por serem “amigáveis” e personalizáveis, esses modernos equipamentos infocomunicacionais móveis atraem a atenção de muitos usuários, das mais distintas classes sociais e idades, que já os incluem como um dos produtos preferenciais no movimento do consumo individual e familiar, como atestam as recentes pesquisas sobre a adesão às tecnologias entre a população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2013). A possibilidade de acesso rápido a conteúdos os mais diversos ou o simples fato de manter contato com outras pessoas, virtualmente, localizadas nas redes sociais, no mesmo momento em que transcorrem inúmeros acontecimentos na esfera pública e/ou privada, são fatores que, de fato, corroboram a grande aceitação social dessas tecnologias interativas, no bojo da modernidade em curso.

Santaella (2007), quanto a essas transformações e inovações sociotécnicas, identifica a emergência de um novo perfil cognitivo entre os sujeitos sociais deste início de milênio, decorrente das possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Na sua concepção, existem quatro tipos de leitores, sendo o

primeiro o leitor contemplativo, aquele “leitor meditativo da idade pré-industrial, da era do livro impresso e da imagem expositiva, fixa. Esse leitor nasceu no Renascimento e perdurou até meados do século XIX” (SANTAELLA, 2013, p. 20). O segundo leitor é identificado como movente, o leitor de jornais e da mistura de sinais e linguagens cotidianas das metrópoles, do mundo em movimento e do dinamismo urbano – “filho” da Revolução Industrial –, do universo técnico reprodutivo da fotografia e do cinema, isto é, o homem das grandes cidades dos fins do século 19 e de até meados do 20. Inserido no contexto das redes computadorizadas de informação e computação, o terceiro tipo de leitor, o imersivo, “inaugura um modo inteiramente novo de ler que implica habilidades muito distintas daquelas que são empregadas pelo leitor de um texto impresso, que segue as sequências de um texto, virando páginas, manuseando volumes” (SANTAELLA, 2013, p. 20).

Na concepção desta autora, esse tipo de leitor possui habilidades diferentes das do anterior, porque navega por entre telas e programas de leituras, seguindo roteiros multilíneares e multisequenciais construídos, também, por ele próprio, ao interagir com textos, imagens, documentos, músicas, vídeos, etc. Contudo, em decorrência do avanço da *internet* e dos meios de comunicação nas últimas décadas, nasce um novo tipo de leitor, o ubíquo. Apesar de possuir características semelhantes às dos leitores movente e imersivo, como os denomina Santaella (2013), esse tipo de “personagem” contemporâneo forma-se na junção entre a mobilidade física do cidadão cosmopolita e a mobilidade virtual inerente às redes, no ciberespaço<sup>1</sup> (CASTELLS, 1999; LÉVY, 1999), o que certamente reconfigura suas experiências subjetivas e sociais, seus sentidos individuais e coletivos do real e, de modo bastante significativo, suas capacidades cognitivas.

O leitor ubíquo, a exemplo dos usuários do *Facebook*, *Twitter*, *Tablet*, *Instagram*, *Whatsapp*, é o sujeito de um tempo histórico que valoriza os trânsitos territoriais, as tecnologias nômades e as conexões interpessoais em rede, instantâneas e transfronteiriças, rompendo as barreiras aparentemente ilusórias entre o físico e o virtual, o aqui e o agora (APPADURAI, 2004). É o leitor que interage nas redes sociais virtualizadas enquanto circula pelas ruas das cidades, pequenas, grandes ou mesmo as médias cidades integradas a regiões metropolitanas emergentes, gradativamente

---

<sup>1</sup> A descrição apresentada pelo filósofo Pierre Lévy, transcrita literalmente nesta nota, parece-nos bastante clara para o entendimento do que se define por ciberespaço, termo criado e difundido nas últimas décadas para nomear o território abstrato estruturado pelas redes sociotécnicas e dispositivos da *internet*. “O ciberespaço (que também chamarei de ‘rede’) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p. 14).

ajustadas para recepcionar os fluxos financeiros e as inovações e fascínios da modernidade global, como bem contextualizam Appadurai (2004) e Saskia Sassen (2010). Sua atenção é parcial e, diferentemente do leitor meditativo, o ubíquo responde a distintos focos ao mesmo tempo, numa lógica complexa com um quê de “simultaneidade seletiva”, isto é, sem se demorar reflexivamente (ao menos numa concepção tradicional sobre a pausa temporal para a reflexão, bem ao gosto da filosofia clássica) em quase nenhum dos pontos de atenção captados (SANTAELLA, 2013). É notável o quanto tais leitores se acostumaram às características e amplitude do ciberespaço tanto quanto o leitor imersivo se adaptou à *Web 1.0* e aos primeiros *chats* na década de 1990.

Nesse panorama, Levinson (2004) acentua que, com certa facilidade, o celular infiltrou-se no universo sociotécnico das mídias, permitindo aos usuários comunicar e receber informações (em formato de livros, revistas, mensagens pessoais/institucionais ou via inúmeros produtos) e elaborar conteúdos diversos (em formato de fotos, áudio, mensagens de textos, etc.). Para o autor, a acessibilidade também é possível graças aos conceitos de onipresença e ubiquidade, ou seja, esses dispositivos são carregados e acessados nas múltiplas experiências pessoais que se concretizam em tempos e locais variados, nas esferas pública e privada. Essas tecnologias de informação e comunicação atribuem, logo, novos sentidos aos fluxos de ideias, assim como atuam, de forma incisiva e inovadora, nas práticas de sociabilidade dos sujeitos em suas redes de relações, que se valem da oportunidade de romper, ao menos em certos termos, evidentemente, com as condições determinísticas, vinculadas a tempo e espaço, quanto à busca de informações e de construção de identidades, como ocorria num passado próximo.

Estudiosos das áreas da Sociologia, da História e das Ciências da Comunicação, como revela Lisboa (2013), ressaltam ainda que os aparelhos celulares evoluíram num curto período temporal, acompanhando a recente mobilidade técnica global e procurando atender às necessidades de uma geração que preza pela instantaneidade, onipresença, praticidade e facilidade de comunicação. O fato é que, desde sua primeira aparição, em 1973, esses dispositivos proporcionaram “mais do que queremos fazer, seja nos negócios ou por prazer, na busca pelo conhecimento, por detalhes, companhia, amor [...] muito mais rápido e facilitado do que em qualquer outro tempo no passado” (LEVINSON, 2004, p. 60, tradução nossa).

Segundo Lemos (2002), uma das referências intelectuais brasileiras sobre a temática das modernas tecnologias infocomunicacionais, os modelos atuais de telefones

celulares podem ser considerados um conjunto de mídias e não apenas um único artefato técnico.

O celular passa a ser um “teletudo”, um equipamento que é ao mesmo tempo telefone, máquina fotográfica, televisão, cinema, receptor de informações jornalísticas, difusor de e-mails e SMS7, WAP8, atualizador de sites (*moblogs*), localizador por GPS, tocador de música (MP3 e outros formatos), carteira eletrônica [...] Podemos agora falar, ver TV, pagar contas, interagir com outras pessoas por SMS, tirar fotos, ouvir música, pagar o estacionamento, comprar *tickets* para o cinema, entrar em uma festa e até organizar mobilizações políticas e/ou hedonistas (caso das *smart* e *flash mobs*). O celular expressa a radicalização da convergência digital, transformando-se em um “teletudo” para a gestão móvel e informacional do cotidiano (LEMOS, 2002, p. 6-7).

O fascínio por essas “novas” mídias, sobretudo entre as gerações Y e Z, como demonstram Santos e Lisboa (2014a, 2014b), parece encontrar posturas opostas entre grupos e instituições que coíbem o acesso a esses aparatos móveis em determinados espaços. Cientes do uso frequente dos telefones celulares por parte dos estudantes, inclusive nos horários destinados às aulas, os professores vêm enfrentando dilemas recorrentes no que diz respeito ao controle do acesso, ao impedimento total de sua utilização ou, ainda, em sentido inverso, no que se refere às possibilidades de aproveitamento dessas mídias como recurso pedagógico. Assim, enquanto alguns docentes coíbem o uso dos aparelhos celulares em suas aulas, respaldando-se em leis municipais ou estaduais que proíbem o uso desse tipo de tecnologia nesses espaços e ocasiões, outros afirmam ter interesse em utilizar essa mídia interativa, muito embora nunca o tenham feito e sequer imaginem como fazê-lo, como também perspectivado por Zagury (2006).

Thornburg (2002) salienta que, como estratégia de enriquecimento dos componentes curriculares, os docentes devem desenvolver atividades que levem em conta as novas tecnologias e as linguagens que integram os cotidianos socioculturais das crianças, adolescentes e jovens. Entre os exemplos de atividades a serem desenvolvidas com apoio dos recursos tecnológicos, este autor cita a experiência possível de um estudante de História, que pode realizar uma pesquisa *online*, motivada pelo professor, enquanto visita um local histórico, e, concomitantemente, envia informações a outros membros do grupo de estudo que estejam trabalhando num tópico diferente, em outro local. O que mais chama a atenção no pensamento deste autor é a defesa explícita ao uso de celulares e *tablets* em sala de aula, como recursos estratégicos de dinamização do processo ensino-aprendizagem. Nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, Língua Inglesa, entre outras, são diversos os jogos, aplicativos, *softwares*



modernos que permitem o acesso, pela tela dos celulares, a um universo abrangente e interativo de informações.

Mendes (2009), assim como Lostada (2009), assegura que, a despeito das leis municipais e estaduais vigentes, muitas experiências vêm se concretizando no que tange à utilização desses equipamentos como apoio didático, tanto no ensino público quanto nas escolas brasileiras particulares. Entretanto, essas práticas revestem-se de caráter experimental ou mesmo amador, muitas vezes dificultadas pelos seguintes intervenientes: desigualdade entre os alunos quanto ao acesso à *internet* em seus aparelhos; pouca habilidade dos docentes para lidar com as mídias modernas e suas constantes inovações; dificuldade dos docentes quanto à criação e planejamento de um conjunto de exercícios didáticos diferenciados que atraiam a atenção dos alunos, com apoio desses suportes tecnológicos; receio dos docentes quanto à indisciplina e quanto a definir limites ao uso dos equipamentos em sala de aula, entre outros fatores, que também serão esboçados na presente pesquisa. A necessidade de reconfiguração dos espaços, conteúdos, políticas e condições de trabalho, que se sintonizem às movimentações históricas que, inevitavelmente, recompõem as estruturas sociais e suas instituições elementares, como a escola, desponta como via indispensável para o enfrentamento da questão ora apresentada, como bem adverte Forquin (2003). O protagonismo das novas tecnologias de informação e comunicação nos cotidianos de estudantes e também dos docentes, ao que tudo indica, tende a tornar ainda mais premente a postura vigilante em torno desta temática.

### **Paradoxos da modernidade: inovações e apreensões em sala de aula**

Com base nas problematizações teóricas e contextuais expostas neste estudo, apresentaremos os resultados qualitativos de uma pesquisa de campo desenvolvida junto a onze professores de Língua Inglesa das redes estadual e municipal de ensino da cidade de São José, localizada na região metropolitana de Florianópolis, em Santa Catarina. O estudo ocorreu nos meses de maio e junho de 2013 e foi viabilizado por meio de entrevistas pessoais junto aos docentes. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, inclusive pelas condições para o seu desenvolvimento e pelo tamanho da amostra envolvida. De qualquer modo, apropria-se de uma temática premente no território nacional e, em específico, aproxima-se das apreensões partilhadas por um grupo de professores de Língua Inglesa de São José, o que pode ser um ponto de partida para

investigações que ampliem o conjunto de docentes inquiridos, nesta cidade ou para além dela.

O roteiro das entrevistas, delineado com perguntas abertas, teve como objetivo compreender as opiniões, expectativas e experiências desses profissionais no que diz respeito ao uso do telefone celular como recurso pedagógico a ser mobilizado em suas aulas. O critério para a seleção dos professores foi aleatório, precisamente no que concerne ao tempo de docência, à idade, aos gêneros, mas houve o recorte metodológico atinente à necessidade de os sujeitos entrevistados atuarem como docentes de Língua Inglesa em instituições públicas que ofertam o Ensino Fundamental II<sup>2</sup>. No presente estudo, os nomes verdadeiros dos entrevistados serão preservados, sendo adotados nomes fictícios para cada um deles, inclusive porque alguns afirmaram já ter desenvolvido, em suas aulas, experiências apoiadas no uso dos telefones celulares, não obstante a legislação proibitiva em vigor.

O primeiro ponto investigado versa, numa perspectiva geral, sobre o que os docentes pensam acerca da utilização do celular como ferramenta didática em suas aulas. Na sua maioria, houve aprovação quanto à possibilidade do uso desses dispositivos infocomunicacionais, desde que estrategicamente utilizados como instrumentos que facilitem ou aprimorem o processo ensino-aprendizagem. Alguns respondentes são bastante enfáticos na defesa de que o acesso a esses aparatos tecnológicos se caracteriza como oportunidade muito positiva de incrementar os seus trabalhos, sendo que tais recursos podem ser incorporados ao cotidiano escolar como um fator motivacional na disciplina de Língua Inglesa. Nesse sentido, o depoimento da professora Denise revela-se apropriado aos propósitos desta reflexão, ao observar que é ingênuo tentarmos ignorar o fato de que esses dispositivos móveis de comunicação serão inseridos, mais cedo ou mais tarde, no processo ensino-aprendizagem.

Nós não vamos fugir disso, hoje já é uma ferramenta, é fato! Então, eu apoio [...] Agora, ele precisa ser inserido progressivamente nas escolas, porque o problema não é o celular, é a sociedade e sua consciência de usá-lo como ferramenta, assim como foram todas as outras ferramentas, o rádio, por exemplo [...] A televisão foi rechaçada, foi discriminada, que não iria ter sucesso e olha aí, né [...]?

Nessa linha de pensamento, um dos docentes participantes desta pesquisa compartilha do depoimento supracitado, salientando que os telefones celulares atuais

---

<sup>2</sup> O Ensino Fundamental II compreende do 6º ao 9º ano.

apresentam múltiplas funcionalidades a serem aproveitadas como recurso estratégico nas suas disciplinas.

Se não é o “novo passo”, é um caminho muito bom de nós explorarmos, porque os recursos que ele vai trazer são imensos e principalmente como ferramenta didática mesmo, com todas as suas possibilidades de utilização. Desde a visualização da própria apostila, tirando uma foto para quem esquece, ou até mesmo se usado como ferramenta, de dicionários *on-line*, ou até mesmo de pesquisas de páginas em inglês do conteúdo (Professor Paulo).

O mesmo professor admite que esse tipo de tecnologia comunicacional, como recurso pedagógico, é bem-vindo e precisa ser adotado gradativamente nas rotinas em sala de aula, pois é um produto das indústrias criativas modernas que desperta a atenção dos alunos e tem se tornado essencial e cada vez mais acessível a todos. Essas demandas contemporâneas de cunho sociotécnico são, com perspicácia, analisadas pelo filósofo francês Pierre Lévy (1999), que faz a seguinte ponderação:

Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo, os papéis do professor e de aluno (LÉVY, 1999, p.172).

Lemos (2002), nessa esteira, também enfatiza que a comunicação móvel vem transformando, num ritmo acelerado e em escala generalizada, as atividades econômicas, sociais e culturais, envolvendo “[...] desde um vendedor de cachorro quente ambulante que pode oferecer serviços de tele-entrega até profissionais *freelancers* que podem ter escritórios móveis” (LEMOS, 2002, p. 16). O uso frequente dos aparelhos celulares provocou novas dinâmicas que refletiram, também, no âmbito escolar, provocando celeumas entre professores, pais, gestores, pesquisadores e representantes políticos, como temos explorado neste percurso reflexivo. Nesse aspecto, os entrevistados desta pesquisa frisaram que os alunos utilizam os telefones em demasia, inclusive no período em que transcorrem as aulas, enviando mensagens de texto, recebendo e fazendo ligações, tirando fotografias e filmando situações peculiares, muitas vezes tendo a atenção desviada dos conteúdos explorados pelo docente, o que tende a contribuir com a “desordem” nas dinâmicas em sala de aula.

Ante essa constatação, procuramos, mais detidamente, identificar os possíveis motivos para a não utilização dos celulares como recurso pedagógico, que se justificam por respeito às imposições legais, por fatores individuais, como o despreparo do docente quanto à exploração dos aplicativos tecnológicos, por receio da perda de controle da ação

coletiva dos alunos ou, ainda, por outras explicações que fogem às nossas hipóteses de trabalho. Assim, a segunda questão indaga se o uso do celular por parte dos alunos, em sala de aula, incomoda os docentes. Para poucos entrevistados, não há problemas graves, o que pode ser evidenciado através do relato da professora Vanessa: “Eu particularmente não me incomodo. Porque nas minhas aulas eu consigo evitar isso numa conversa com eles. Então, assim, os alunos têm consciência disso. Em alguns casos precisamos retirar o celular, mas são poucos os casos [...]”.

No entanto, a maioria dos entrevistados discorda desse ponto de vista. Para a professora Claudete, por exemplo, o telefone celular pode ser um artefato muito inconveniente:

Eu acho que o celular atrapalha, é bem complicado. Ele até poderia ser usado como ferramenta para uso do professor, mas os alunos se achariam no direito de usá-lo para outros fins, não é [...]? para brincar, receber ligações [...] É bem complicado.

Concordando com esse posicionamento consensual, outra professora menciona que o celular, em vez de “aliado”, pode se tornar uma ferramenta destrutiva nas mãos dos alunos, podendo arruinar, inclusive, a carreira profissional de um professor. Nas suas palavras, “a gente não sabe quais são as intenções que eles têm por trás disto e também pelo ‘boom’ das redes sociais, não é? Então, a gente não sabe até que ponto isto pode se virar contra nós”. Essa relação (temida) de vigilância social (LISBOA, 2013) propiciada pelas mídias móveis pode ser exemplificada pelos vários casos que vêm flagrando docentes cometendo atos inadequados e constrangedores em sala de aula, como ocorrera com a filmagem, com apoio do telefone celular, de uma professora fazendo gestos obscenos, provocando um aluno e ainda proferindo piadas contra o diretor da instituição de ensino onde trabalhava, em Londrina, no Paraná. O caso, confirmado pela Secretaria de Educação desse estado, culminou na exoneração da docente (CASTRO, 2013).

É evidente que o uso das tecnologias está imbricado a contextos micro e macroestruturais que lhes atribuem significado e relevância. O espaço escolar, como alertam Foucault (1987) e também Bauman (2001), vem se apresentando como uma “prisão celular”, cujo foco primordial é o alinhamento dos comportamentos e das classes de idade, ou melhor, a repetição de conteúdos estanques para a obtenção de notas e conceitos. Os gestores educacionais e os docentes, não raramente, assumem funções controladoras, pouco dialógicas, sem propor reflexões que transgridam os antigos

referenciais e sem reconhecer as possibilidades ofertadas pelas céleres inovações emergentes em meio social, inclusive as tecnológicas. Como contraponto, as gerações das atuais crianças, dos adolescentes e jovens, como descrevem Squirra e Fedoce (2011) e também Boyd (2014), contam com inúmeros dispositivos portáteis dinâmicos e multimidiáticos, que potencializam a construção de conhecimento para além dos espaços formais de educação, que não podem estar alheios a essas novas demandas.

Nesse sentido, a pesquisa de campo ora apresentada estruturou a seguinte questão: Você já utilizou celular como recurso em sala de aula? Caso positivo, poderia mencionar esta experiência? Essas perguntas, de fato, obtiveram respostas deveras significativas, por revelarem aspectos importantes do cotidiano escolar, principalmente no que diz respeito às aulas de Língua Inglesa. Da amostra contemplada na pesquisa, quase a metade afirma ter utilizado esse meio infocomunicacional em suas práticas pedagógicas, apesar das restrições impostas pela legislação quanto ao uso desses aparelhos móveis, como expresso no discurso a seguir:

Eu já utilizei (olha, se eu for demitido! [...] risos), quando estávamos com problema de utilização na *internet*, e o meu celular funciona como *modem* também, então eu liguei meu celular, fiz ele de *modem* e a gente conectou e deu continuidade à aula, sem perder tempo para verificar o conteúdo (Professor Robson).

Nesse comentário, expresso com tom irônico e diligente, notamos a preocupação do professor quanto às sanções legais no caso de contravenção às normas instituídas, já que a lei catarinense veta o uso dos telefones celulares em sala de aula, não fazendo distinção se a proibição ao acesso a esse meio dirige-se a alunos ou docentes, isto é, se inclusive para uso pedagógico. O cumprimento das leis, também no depoimento a seguir, efetivamente, tem peso significativo sobre a atuação do docente quanto à adesão a esse tipo de inovação tecnológica.

Bem, atualmente a gente tem a proibição da utilização dos celulares, então não está incomodando, mas eu penso que quando a gente futuramente tiver autorização podemos criar outro mecanismo, não sei se bloquear, mas pelo menos fiscalizar como está sendo utilizado o celular [...] aqui a proibição é seguida à risca, se algum aluno precisar falar ao celular, atender alguma ligação, ele pede autorização para o professor, e se dirige para fora da sala de aula, quando autorizado (Professor Fabrício).

A professora Vanessa, entretanto, afirmou já ter transgredido essas imposições, aprovando a experiência:

Foi uma experiência ótima, porque alunos, assim, com muita dificuldade, de repente, se mostraram muito mais sabedores de como usar a tecnologia do que

eu [...] Esses alunos me surpreenderam, porque eles sozinhos já estavam procurando no Google tradutor e em outros meios, para que conseguissem realizar as suas atividades.

Os depoimentos dos docentes revelam que, para se assegurar o proveito dessas práticas, o planejamento bem estruturado e em concordância à realidade de cada grupo envolvido no processo ensino-aprendizagem é primordial, conforme menciona uma das profissionais entrevistadas:

Cada aluno deveria elaborar uma mensagem em Língua Inglesa dentro da própria sala, onde o outro colega teria de entender o que o seu contato está falando, desde que todos estivessem com o celular na mão. E daí vem o meu questionamento. E se alguém não tiver, vai criar um problema! Por isso eu reforço, tem de ter um bom planejamento para que, com certeza, se obtenha bom resultado (Professora Denise).

Não obstante o fato de o telefone celular ter sido utilizado como ferramenta didática por quase a metade dos professores, parte dos respondentes revelou a necessidade de se promover discussões mais aprofundadas e sistemáticas sobre a sua utilização, pois esses aparelhos podem oferecer muitos recursos ainda pouco conhecidos. Marçal et al. (2005), citados por Rosa (2012), sugerem alguns pontos a serem aperfeiçoados quanto à utilização dos dispositivos móveis comunicacionais na atualidade: melhorar os recursos para o aprendizado, que pode contar com aplicativos para a execução de tarefas, anotação de ideias, consulta de informações via *internet*, registros digitais e outras funcionalidades; aumentar as possibilidades de acesso a conteúdos, incrementando e incentivando a utilização dos serviços providos pela instituição; expandir as estratégias de aprendizado disponíveis, por meio de novas tecnologias que dão suporte tanto à aprendizagem formal quanto à informal; fornecer meios para o desenvolvimento de métodos inovadores de ensino, utilizando os recursos de computação e de mobilidade.

Como se percebe, a proposta de integrar o celular como um dos recursos pedagógicos requer atenção especial por parte dos docentes, pois além de exigir tempo para o planejamento das atividades possíveis, é necessário que esses profissionais possuam certa habilidade para manusear os diversos modelos existentes. De mais a mais, há ainda que se considerar outros intervenientes fundamentais: a falta de saldo, em créditos, para o acesso aos serviços, nos aparelhos do próprio docente ou dos alunos; o constrangimento gerado pelas condições financeiras individuais, que possibilitam distintos modelos de celular entre os alunos, do mais sofisticado àquele que não acompanha as novidades do universo tecnológico. Tal situação poderia ser vexatória e culminar em sentimento de inferioridade social, devendo ser evitada com antecedência, já no

planejamento das atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. Esses dilemas aparecem na experiência de uma das professoras entrevistadas:

Eu penso o seguinte, pode às vezes levar a uma situação constrangedora para o professor. Vamos utilizar o celular então como ferramenta de trabalho [...] O que acontece é que, hoje em dia, o professor chega com um celular desses, e o aluno tem um celular cinco vezes melhor. É uma verdade, não é? O professor está ali batalhando, trabalhando, para adquirir um celular que seja uma ferramenta de trabalho, e um adolescente de doze, treze anos está com um celular cinco vezes melhor que o teu [...] Então, eu já vi causar uma situação constrangedora. Já aconteceu comigo, de tentar usar o celular na sala de aula como ferramenta, e o aluno ter de me ajudar. É inusitado, mas já aconteceu (Professora Márcia).

No entanto, em âmbito geral, os professores apontaram o suposto “mau” uso dos aparelhos celulares por parte dos alunos como fator principal para se evitar o acesso a esses dispositivos em sala de aula, ainda que reconheçam que sua utilização como recurso pedagógico poderia dinamizar e enriquecer a sua prática docente. Mencionaram, especificamente, a utilização corriqueira das redes sociais, como o *Facebook*, e dos aplicativos de comunicação instantânea, como o *MSN*, o envio constante de mensagens e até mesmo o acesso *on-line* a conteúdos diferentes dos propostos pelo professor. Ainda que sejam confrontados por esses usos considerados indevidos, os docentes foram unânimes em afirmar, positivamente, que acreditam que o dispositivo celular pode potencializar a aprendizagem da Língua Inglesa. O professor Tiago, relativamente a esse ponto, foi bastante categórico:

Não só acredito, como tenho certeza [...] Se a gente reparar como foi realmente a introdução de computadores com *internet* [...] Tem uma reportagem sobre o secretário de educação do Rio de Janeiro, de 2012, dando estimativas de que o aprendizado aumentou quase 50% só com a lousa digital. Então, é um recurso que está na mão dos alunos e, agora, com celulares com acesso à *internet*, eu acredito que a gente vai ter grandes benefícios, para todos.

A atualidade dessa temática, inclusive, foi debatida na conferência anual promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Logo após a *Mobile Learning Week* (MLV), ou Semana de Aprendizagem com Tecnologias Móveis (UNESCO, 2011, tradução nossa), a Unesco elaborou um documento que reúne os principais pontos discutidos durante o encontro, sugerindo ações, inclusive sob a responsabilidade dos governos, que visem à implementação de currículos adaptados ao uso dos dispositivos móveis na educação. No documento divulgado por essa entidade internacional, a integração dos telefones celulares na esfera da educação formal foi apontada como uma iniciativa potencializadora à necessária ruptura de

paradigmas “tradicionais”, que permita acesso instantâneo à informação e forneça possibilidades de troca de conhecimento entre indivíduos e grupos, em consonância às demandas e cenários contemporâneos.

No entanto, há que se considerar que as dificuldades em visualizar alternativas de uso das ferramentas móveis infocomunicacionais despontam como um grande desafio, e procurar auxílio via *internet* é uma das propostas apresentadas pela Unesco. De fato, no presente estudo, alguns professores não souberam apresentar ideias de como utilizariam esses recursos em seus componentes curriculares, afinal, se ainda não haviam refletido sobre essa possibilidade, sugestões a respeito ficariam no campo da mera especulação. Assim, conclui-se que, apesar de ainda não haver uma reflexão profunda e esclarecida por parte dos docentes, muitas são as interrogações e também as motivações para se compreender como o celular pode ser mobilizado como recurso pedagógico, como é o caso imaginado pelo professor Paulo:

Eu usaria o celular para conversas, bate-papo, por exemplo. No *Facebook*, que os alunos colocassem em prática o bate-papo em inglês, que pudessem usar alguns recursos como tradutores, ensinando para eles que o tradutor de *internet* traduz de forma desordenada. Nem sempre aquilo que se traduz na *internet* tem uma lógica, então mostrando que a *internet*, dentro do celular, pode ser um recurso a favor ou contra.

Iniciativas pontuais ganham concretude entre docentes já atentos a essa demanda, como é o caso da experiência relatada pela professora Denise, que sugere aos seus alunos que configurem os aparelhos para a Língua Inglesa.

Quando você os convence de que a linguagem do teu celular pode estar toda em inglês, eles se motivam para aprender mais o inglês. E aí, depois tu apresentas as diferenças, né [...] Ah [...] *Backup* no celular significa uma coisa, mas como verbo frasal é outra. E aí, tu vais trazendo a realidade pra ele [...] então, isto é significativo.

Curiosidade, especulação ou tentativas práticas, ainda que burlando as diretrizes impostas por instituições oficiais de regulação, fato é que os docentes revelam-se tanto temerosos quanto motivados no que diz respeito à inclusão dos telefones celulares em suas práticas pedagógicas. Essas problematizações contemporâneas, no entanto, tendem a ser mais bem esclarecidas e conduzidas na medida em que as políticas públicas, efetivamente, venham a inseri-las na pauta de discussões e prioridades, nos mais diversos níveis de representação governamental. Nesse movimento, que transcorre em ritmo moroso, o tempo historicamente (re)desenhado na modernidade em curso condensa demandas que friccionam fronteiras até então imaginadas como fixas e ordenadas,



adentrando nos cotidianos pessoais e nos ambientes institucionalizados com modernas invenções que potencializam a busca por informação e a agilidade da comunicação.

Os dispositivos infocomunicacionais móveis, ubíquos, reconfiguram, pois, a experiência humana no tocante a suas potencialidades identitárias, de estar nos espaços múltiplos onde se tecem e se articulam os sentidos da vida, nos âmbitos públicos e privados. Particularmente, os telefones celulares, que redimensionam, ainda, as relações entre alunos e seus pares e entre toda a comunidade escolar, seguem provocando medo, fascínio e muitos dilemas entre os agentes envolvidos nas instituições educacionais, sobretudo entre os docentes, diretamente confrontados com os desafios de sua profissão, no transcorrer de um cenário mutante.

## Considerações finais

O presente estudo debruçou-se sobre um tema que vem provocando polêmicas entre atores das mais diversas instâncias da sociedade. Ao transportarem os seus telefones celulares ao espaço escolar, inclusive às experiências em sala de aula, os estudantes têm provocado a emergência de fricções nos paradigmas de aprendizagem reproduzidos pelos agentes que atuam nas instituições educacionais.

A atenção e o interesse dos alunos, de fato, não são apenas direcionados aos docentes ou ao conteúdo proposto e explorado, mas aos múltiplos estímulos, narrativas e conhecimentos partilhados nos territórios das esferas pública e privada, quer sejam territórios do lazer, do consumo, do trabalho, dos relacionamentos afetivos e da vivência doméstica, todos mediados por tecnologias e transplantados ao cotidiano tecido no ambiente da escola. Todavia, assim como elucidado nos depoimentos coletados neste estudo, constatamos que parte considerável dos docentes hesita em utilizar essa mídia moderna em seus componentes curriculares. A legislação vigente, é importante que se ressalte, colabora significativamente para o reforço desse receio generalizado, perspectivando a temática somente pelo viés da indisciplina e da “desordem” possivelmente provocadas pelo acesso aos telefones celulares.

Assim, a utilização desses aparatos infocomunicacionais como recursos que possibilitam novas experiências no processo de ensino-aprendizagem não parece vir se colocando, na retórica política, como possibilidade a ser implementada. Não obstante essa ausência institucionalizada do debate sobre o assunto, alguns docentes declararam já ter incorporado esses dispositivos no desenvolvimento de suas aulas, levando a cabo

experiências que tanto promoveram o interesse e a atenção dos alunos, enriquecendo a exploração dos temas, quanto geraram certos incômodos, particularmente, a respeito do controle do comportamento e da ação coletiva da turma.

O debate em torno dessa temática torna-se ainda mais relevante ao conferirmos, como o fizemos neste trajeto reflexivo, a motivação dos docentes para se apropriarem desses recursos tecnológicos. No caso específico dos professores de Língua Inglesa, do Ensino Fundamental II, propostas metodológicas chegam a ser exploradas, fazendo uso das múltiplas possibilidades ofertadas pelos aplicativos dos telefones portáteis.

Nesse panorama, fatores como o aperfeiçoamento dos profissionais para lidarem com esses aparelhos em suas disciplinas e, além disso, a implementação de políticas combativas à desigualdade no acesso à *internet* e às inovações tecnológicas, entre docentes e alunos, não devem escapar do conjunto de discussões, assim como a própria concepção epistemológica a respeito da educação. São cruciais essas vertentes de natureza pedagógica, política e estrutural, para que os desafios e as oportunidades concernentes à revisão da prática docente e do processo ensino-aprendizagem conectem-se à historicidade dos dinamismos sociais.

## Referências

APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOYD, Danah. *It's complicated: the social lives of networked teens*. New Haven: Yale University Press, 2014.

BRAGANÇA PAULISTA. *Lei n. 4327, de 23 de julho de 2012*. Proíbe a utilização de equipamentos eletrônicos portáteis nas salas de aulas dos estabelecimentos de ensino, revoga a lei nº 4.295, de 29 de fevereiro de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/twitter/768/legislacao/-4327-2012-braganca-paulista-sp.html>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 2007.

CASTRO, Fernando. *Professora 'boca-suja' é exonerada após divulgação de vídeo na internet*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/02/professora-boca-suja-e-exonerada-apos-divulgacao-de-video-na-internet.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

FORQUIN, Jean-Claude. *Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações*. Tradução de Jean-Yves de Neufville. In: CONGRESSO

INTERNACIONAL CO-EDUCAÇÃO DE GERAÇÕES, 1., 2003, São Paulo. [Trabalhos apresentados]. São Paulo: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/83.rtf>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

IBGE. *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2013*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet2013/default.shtm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KLEMENS, Guy. *The Cellphone: the history and technology of the gadget that changed the world*. North Carolina: McFarland & Company, Inc, 2010.

LEMOS, André. *Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEVINSON, Paul. *Cellphone: The Story of the World's Most Mobile Medium and How It has Transformed Everything!* England: Palgrave Macmillan, 2004.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LISBOA, Wellington Teixeira. Vigilância comunicativa? Das sociabilidades virtuais às dinâmicas relacionais entre organização e consumidor. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, Vol. 21, No 1, p. 73-83, Ponta Grossa, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/4808>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

LOSTADA, Lauro Roberto. *A inovação na educação: o avanço das tecnologias da informação e da comunicação*. 2009. 81 f. Monografia (Especialização em Mídias na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2009.

MENDES, Lina Maria Braga. *Experiências de fronteira: Os meios digitais em sala de aula*. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RECIFE. *Lei n. 17.837 de 09 de Novembro de 2012*. Proíbe o uso de aparelho celular e equipamentos eletrônicos nas salas de aulas das escolas municipais e particulares, localizadas na cidade do Recife, exceto aqueles para uso pedagógico e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipais.com.br/>> Acesso em: 09 jun. 2014.

RIO DE JANEIRO. *Lei n. 4734, de 04 de janeiro 2008*. Proíbe a utilização de telefone celular e outros em sala de aula. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/>> Acesso em: 06 maio 2014.

ROSA, Andrenizia Aquino Eluan da. *Convergência das mídias*. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2012.

SANTA CATARINA. *Lei n. 4363, de 25 de janeiro de 2008*. Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular nas escolas estaduais do Estado de Santa Catarina. Disponível

em: <[http://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/legislacao/lei\\_14363\\_25-01-08\[1\].pdf](http://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/legislacao/lei_14363_25-01-08[1].pdf)>  
Acesso em: 07 maio 2014.

SANTAELLA, Lúcia. *Linguagens Líquidas na Era da Mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.

\_\_\_\_\_. Desafios da ubiquidade para a educação. *Revista Ensino Superior Unicamp*, São Paulo, v. 1, Número Especial 9, p. 19-28, abr./jun. 2013. Disponível em: <[http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09\\_abril2013/NMES\\_1.pdf](http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/edicoes/ed09_abril2013/NMES_1.pdf)> Acesso em: 05 jun. 2013.

SANTOS, Wandressa da Puga; LISBOA, Wellington Teixeira. Características psicossociais e práticas de consumo dos “nativos digitais”: implicações, permanência e tendências na comunicação organizacional. *Comunicação & Mercado*, UNIGRAN, Dourados, v. 03, n. 6, p. 98-110, jan./jun. 2014a.

\_\_\_\_\_. Os nativos digitais brasileiros e suas práticas de consumo e de relacionamento com as empresas: perspectivas, tendências e oportunidades às Relações Públicas. *Revista PRISMA.COM*, n. 24, Aveiro, Portugal, p. 139-161, 2014b.

SÃO PAULO. *Decreto n. 52.658, de Janeiro de 2008*. Regulamenta o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br/>> Acesso em: 07 out. 2013.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

SQUIRRA, Sebastião Carlos; FEDOCE, Rosângela Spagnol. A tecnologia móvel e os potenciais da comunicação na educação. *LOGOS 35 Mediações Sonoras*, v.18, n. 02, p. 267-278, Rio de Janeiro, jul./dez. 2011.

TAPSCOTT, Don. *A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos*. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

THORNBURG, David. *The New Basics: Education and the Future of Work in the Telematic Age*. 1st. ed. Virginia: Asdc, 2002.

UNESCO. *Report of MLW*. Paris, 2011. Relatório. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ICT/pdf/UNESCO%20MLW%20report%20final%2019jan.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2014.

ZAGURY, Tânia. *O professor refém: para pais e professores entenderem porque fracassa a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Submetido em 31-10-2014, aprovado em 02-12-2015